

# PLANO DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO 2021

# ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO 2021-2025

2021



Agência de  
Empreendedorismo  
de Pernambuco



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

## Sumário

1.	APRESENTAÇÃO .....	3
2.	ESCOPO DE ATUAÇÃO E PROPÓSITO .....	4
3.	ANÁLISE DOS CENÁRIOS .....	5
3.1	Cenário Econômico .....	5
3.2	Inadimplência no Sistema Financeiro Nacional (SFN) .....	6
3.3	Inflação.....	6
3.4	Cenário das Agências de Fomento .....	7
4	PRODUTOS E SERVIÇOS .....	8
4.1	Operações de Microcrédito.....	8
4.2	Operações de Crédito Especial.....	9
5	ANÁLISE DE SWOT .....	9
6.	DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS 2021-2025 .....	11
6.1	Planejamento Estratégico .....	12
6.2	Planejamento tático .....	12
6.3	Planejamento operacional .....	13
7.	Projeções Financeiras .....	13
7.2	Fluxo de Caixa estimado para o período 2021 – 2025 X Liquidez Mínima .... Erro! Indicador não definido.	
7.3	Demonstrativo de Resultado – Projetado (valores em R\$)..... Erro! Indicador não definido.	
8	CONCLUSÃO .....	20

## 1. APRESENTAÇÃO

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei Federal n.º 6.404/76) e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual n.º 13.701, de 18 de dezembro de 2008, que em 2019 passou a ser denominada **AGE (Agência de Empreendedorismo de Pernambuco)**.

O Planejamento da Agência para o período 2021 - 2025 encontra-se disposto neste documento, em atendimento à Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu artigo 23, além do Decreto Estadual n.º 43.984, de 27 de dezembro de 2016, em seu artigo 4º, inciso XI.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência está autorizada a funcionar pelo BACEN desde 09 de dezembro de 2010.

A **AGE** tem como principais finalidades:

I – Conceder apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas e produtores rurais, necessário à sua modernização, expansão e incremento dos níveis de produtividade e rentabilidade, favorecendo a melhoria da renda e do emprego;

II – Apoiar os empreendedores locais, com vistas à internalização dos efeitos dos investimentos estruturantes e à interiorização do desenvolvimento, mediante programas de financiamento, organização e modernização de produtores e empresas sediadas no Estado de Pernambuco;

III – Atuar na viabilização e estruturação de financiamentos de projetos integrados, arranjos produtivos locais, atividades industriais, agroindustriais, agrícolas, comerciais e de serviços, dentro de visão sistêmica, em obediência aos planos e estratégias do Estado e em estreita articulação com os outros órgãos governamentais e a iniciativa privada.

Desenvolvendo as seguintes atividades:

I – Concessão de financiamentos de longo, médio e curto prazo, destinados a investimentos fixos e mistos para implantação, expansão, realocação e modernização de empresas, e produtores sediados no Estado de Pernambuco;

II - Operação de linhas específicas de financiamento para a modernização e capacitação das empresas, empresários e produtores, voltadas para a aquisição e absorção de tecnologias e assistência técnica, desenvolvimento empresarial e capacitação gerencial e técnica, desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e processos, aquisição de equipamentos de controle de qualidade e de processos, contratação de consultoria para implantação de programas de qualidade e cobertura de custos voltados para obtenção de habilitação e certificação;

III - Prestação de serviços de administração e operação de fundos de aval ou assemelhados, fundos de equalização de encargos financeiros, fundos rotativos solidários e outros de igual natureza, com riscos operacionais a cargo das entidades patrocinadoras; IV - Repasse de recursos para operações de crédito, de instituições e fundos estaduais, regionais, nacionais e internacionais;

V - Patrocínio e administração de programas de microcrédito;

VI - Administração e aplicação de fundos estaduais, regionais e nacionais de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

VII - Prestação de garantias, na forma da regulamentação estabelecida pelo Banco Central do Brasil, bem como a intermediação de garantias e financiamentos junto a outras instituições financeiras;

VIII - Prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro a empresas, para reorganização societária, reestruturação de passivo e de ativo, reorientação tecnológica e mercadológica, promoção de fusões, aquisições, associações de empresas e participações acionárias, bem como lançamento de títulos e ações e abertura de capital de empresas;

IX - Investimentos diretos em empresas, de forma permanente ou temporária;

X - Administração de ativos pertencentes ao Estado ou a entidades por este controladas, sob forma de imóveis, operações de crédito e direitos creditórios, que sejam destinados à liquidação ou monetização, tendo os recursos apurados como objetivo o suprimento de fundos de previdência ou fundos e programas de desenvolvimento econômico e social.

## 2. ESCOPO DE ATUAÇÃO E PROPÓSITO

A AGE, na condição de empresa estatal controlada pelo Estado de Pernambuco, atua como agente financeiro e de desenvolvimento do Estado, em sintonia com as diretrizes elencadas por este. Sua importância para o Estado está expressa na sua **missão**: “Fomentar empreendedores em Pernambuco, através de operações de crédito, contribuindo para o desenvolvimento da economia com geração de emprego e renda”, ao tempo em que sua **visão** mostra onde a AGE quer chegar, apresentando seu objetivo de longo prazo: “ser referência no financiamento ao empreendedorismo pernambucano”.

### 3. ANÁLISE DOS CENÁRIOS

#### 3.1 Cenário Econômico

O ano começa com o cenário completamente indefinido em função da pandemia provocada pelo COVID-19. O texto abaixo foi extraído da Carta de Conjuntura, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 46 do 1º trimestre de 2020.

“A situação mundial passou por uma mudança radical de perspectivas desde que a epidemia do novo coronavírus, inicialmente circunscrita a uma região da China, adquiriu caráter global, transformando-se numa pandemia. O impacto econômico inicial, até meados de fevereiro, ocorreu principalmente no país de origem, porém rapidamente estendeu-se aos mercados financeiros mundiais.

Dado o ineditismo do choque sobre a economia mundial, fazer projeções macroeconômicas com um nível razoável de confiança tornou-se tarefa muito difícil. O grau de incerteza ainda é muito grande mesmo em relação aos aspectos epidemiológicos associados à Covid-19”.

Na última Carta de Conjuntura, divulgada em junho de 2020, o IPEA mostra que a previsão mais recente foi a forte redução da produção econômica provocada pela pandemia do coronavírus, ocasionando uma queda no PIB de 6% em relação ao ano de 2019. Estima-se ainda, que para o ano de 2021, o crescimento previsto será de 3,6% em relação a 2020.

A retomada gradual do crescimento econômico se dará com o aumento discreto da demanda e a capacidade ociosa, presentes na maioria dos setores da economia.

Outro ponto que será de grande relevância para a retomada do crescimento é a busca pelo equilíbrio fiscal, que foi interrompido pela necessidade de lançar programas de auxílio emergencial à população, programas de preservação do emprego e de manutenção à vida. Contudo, apesar do desequilíbrio fiscal ter um caráter importante para o momento da pandemia, não é possível deixar de citar que neste período, a dívida bruta passe de 75,8% do PIB em 2019 para 93,7% do PIB em 2020.

De fato, o Brasil sentiu fortemente os efeitos da pandemia do covid-19 e do distanciamento social, onde chegou a ter uma queda de 1,5% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao PIB e uma queda de 3,4% no nível de ocupação.



### 3.2 Inadimplência no Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A inadimplência de empréstimos com recursos livres para a pessoa física, segundo dados do Banco Central do Brasil, embora já apresentasse um aumento, ganhou um impulso em março e abril, chegando a 5,4% e sofreu uma nova elevação, embora menor, em maio, de 5,5%. A inadimplência de pessoas jurídicas também subiu nos últimos três meses, mas nada de significativo. Parte dessa estabilidade se deve a renegociação das operações de crédito para evitar maiores inadimplementos.

Porcentagens de famílias que se declaram endividadas		
2018	Fevereiro 20	Junho 20
59,8%	65,1%	67,1%

Fonte: IPEA

### 3.3 Inflação

A análise do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro a maio de 2020 mostra que, apesar da alta dos preços dos alimentos (4,3%), a significativa redução dos preços dos demais grupos de bens e serviços resultou numa deflação de 0,16%.

A deflação reflete a contração da demanda por serviços e bens de consumo, aliada à forte queda do preço internacional do petróleo, vem produzindo uma expressiva mudança de preços relativos. No acumulado do ano, os serviços livres, os bens industriais, exceto alimentos, e os preços monitorados registram taxas de variação de 0,6%, -0,8% e -3,0%, respectivamente. Os dados mais recentes ratificam essa tendência de forte alívio inflacionário em 2020.

Em junho, o IPCA de 15 de junho apresentou uma alta de apenas 0,02%, beneficiado, sobretudo, pelas quedas dos preços dos grupos habitação (-0,07%), vestuário (-0,15%) e transportes (-0,71%). Com esse resultado, o IPCA de 15 de junho acumula no ano uma variação de 0,37%. As expectativas de inflação estão inferiores à meta em 2020 (1,6% ante 4,0%) e em 2021 (3,0% ante 3,75%), na meta para 2022 (3,5%) e acima da recém-definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) meta de 3,25% para a inflação de 2023 (expectativas em 3,5%).

Não obstante os níveis elevados de ociosidade, que asseguram espaço para a expansão da atividade com pouca pressão sobre a inflação, a expectativa de juros futuros aponta para um movimento de alta, passado o período de crise, muito mais acentuada que antes: em fevereiro, o diferencial entre as taxas de dez anos e as de dois anos era de 2,3 p.p. (4,28% e 6,64% ao ano, respectivamente); em meados de junho, passou a 4,3 p.p. (3,12% e 7,39% ao ano). Esse aumento da inclinação da curva de juros pode estar sinalizando que as condições financeiras futuras, possivelmente em função do agravamento do desequilíbrio fiscal, estarão mais apertadas – apesar da imensa liquidez internacional e das curvas de juros praticamente horizontais nos países desenvolvidos.

Para 2021, projeta-se uma aceleração da inflação devido à recuperação da atividade econômica e à redução da folga no mercado de trabalho. O espaço para recompor margens tende a aumentar, especialmente nos setores mais expostos à influência da taxa de câmbio. Os preços monitorados devem passar por uma recomposição, em especial combustíveis e energia elétrica, de modo que sua contribuição para a inflação do ano será de 1,0 p.p., ante 0,1 p.p. em 2019.

### **3.4 Cenário das Agências de Fomento**

Com o cenário de SELIC baixa, atualmente em 2,00%, a transferência de capital do mercado financeiro para a economia real cria uma oportunidade favorável para as agências de fomento.

No período de pandemia, as agências de fomento atuam no apoio ao mercado local, com oferta de linhas emergenciais, com prazos mais elásticos, carências, taxa de juros melhores e priorização de empresas de pequeno e médio porte que não gozam de estrutura de capital forte, para ultrapassar o período de pandemia, não somente sobrevivendo, como também ampliando ou renovando seus negócios.

Importante destacar que esta AGE adotou ao longo de 2020 medidas emergenciais no enfrentamento aos efeitos econômicos da pandemia, como a renegociação de todas as operações do Crédito Popular, Microcrédito e Operações Especiais, para os clientes adimplentes, proporcionando carência no pagamento das parcelas de até 150 (cento e cinquenta) dias, mantidas as condições do contrato original.

Foram criados diferentes produtos, com condições e benefícios específicos para atender determinados setores produtivos da economia, oferecendo crédito de forma rápida e segura, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Item	Linha de Crédito
01	Polo de Confeções do Agreste
02	Guias de Turismo
03	Salões de Beleza, Barbearias e Clínicas de Estética
04	Profissionais de Odontologia
05	Profissionais de Transporte Escolar
06	Quiosques de Coco
07	Comerciantes de Praia

## 4 PRODUTOS E SERVIÇOS

### 4.1 Operações de Microcrédito

Empreendimentos formais e informais na modalidade de Microcrédito (Microempreendedor Individual – MEI e Pessoas Físicas), limitado a R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) por empreendedor. As regras para acesso ao Microcrédito estão estabelecidas em manual específico.

Para operações de Microcrédito, obtém-se empréstimo para investimento fixo e/ou capital de giro, conforme definições constantes no Manual de Operações de Microcrédito.

### PROGRAMA CRÉDITO POPULAR

Com o objetivo de proporcionar ainda mais condições para os empreendedores pernambucanos em 2021, novas regras para o Programa Crédito Popular foram divulgadas em dezembro de 2020. Entre as mudanças estão a redução da taxa de juros de 1,49% para 0,99% ao mês e a ampliação do prazo de carência para quatro meses. O valor do financiamento aumentará de até R\$ 3 mil para até R\$ 4 mil por beneficiário. Desde seu lançamento, em outubro de 2019, o programa já atendeu cerca de 8 (oito) mil pessoas e injetou aproximadamente R\$ 18 milhões de reais na economia local.

A nova configuração do Crédito Popular possibilitará alcançar mais pessoas, nas mais variadas cidades de Pernambuco, dando cada vez mais condições de empreender da maneira certa e com responsabilidade.

O programa de Crédito Popular é focado no investimento em pequenos e micronegócios em todas as regiões do Estado, seja de forma individual ou em grupos, com aval solidário, compostos por três até cinco pessoas. Seu diferencial é uma linha de crédito com juros de 0,99%



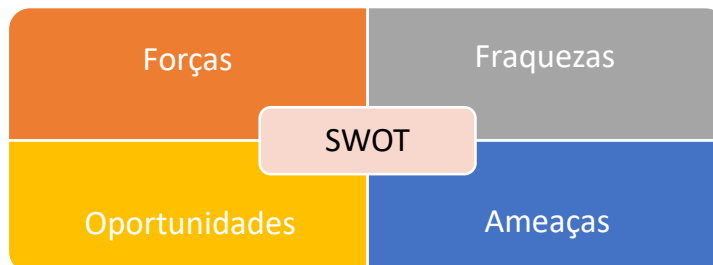
ao mês, mais competitivos que os do mercado, que podem ser pagos em até 12 meses. Além disso, o financiamento é menos burocrático, uma vez que o crédito poderá ser liberado em até três dias, permitindo que as pessoas tenham acesso aos recursos de forma rápida e simples.

#### 4.2 Operações de Crédito Especial

Empreendimentos formais de natureza jurídica: Empresário Individual, Empresário Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELE, Sociedade Empresária Limitada, Sociedade Simples Limitada, Sociedade Anônima (de Capital Fechado), Associações Privadas, Cooperativas de Produção e de Crédito, limitado a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por pessoa jurídica ou grupo econômico.

Neste caso, a AGE empresta até 80% do valor para investimento fixo e 100% para capital de giro. Os empreendedores que necessitem de aporte financeiro para implantação de seus negócios, terão acesso ao fomento empresarial mediante apresentação de um Plano de Negócios.

### 5 ANÁLISE DE SWOT



Consideram as características internas desenvolvidas por competências que se contrapõem as ameaças externas

1. Equipe técnica competente: Pessoal conta com bom nível de formação e experiência;
2. Recursos financeiros: Atualmente conta com um caixa que possibilita o aumento do número de operações;
3. Capilaridade na região: A agência conta com toda a capilaridade do governo do estado com seus programas de desenvolvimento, que levam a diversas áreas e campos do desenvolvimento;

4. Compliance: Transparência nos processos em função das diversas obrigações; auditorias internas, auditorias externas, tribunal de contas e CVM;
5. Rapidez na tomada de decisão: Corpo diretivo local, com possibilidade de tomada de decisão colegiada.

### **Fraquezas**

São desvantagens internas que a empresa tem, desfavorecendo-a nos momentos em que as oportunidades externas aparecem.

1. Falha no sistema de gerenciamento: Sistema de gerenciamento da agência apresenta eventuais falhas na customização de relatórios gerenciais;
2. Equipe técnica reduzida: Apesar de boa qualificação, o quadro funcional é reduzido, o que pode gerar eventual atraso na resolução e no acompanhamento diário;
3. Limitação legal de atuação: A legislação que regulamenta a atividade não permite que a instituição realize atividades como: abertura de contas, emissão de cartão e isenção de tarifas.

### **Oportunidades**

São fatos, fenômenos, tendências ou situações existentes ou latentes no ambiente externo à instituição, que representam, para o futuro desejado, efeito indutor, possibilidades de alianças, estímulos e convergência de interesses, desvantagens internas que a empresa tem, desfavorecendo-a nos momentos em que as oportunidades externas aparecem.

1. Acesso a dados: Por ser uma empresa do governo do estado, a agência tem acesso a dados econômicos, sociais e produtivos;
2. Parcerias estratégicas: Facilidade de realização de parcerias com outros entes públicos ou privados, dos mais diversos setores da economia;
3. Microcrédito.

## Ameaças

Ameaças são fatos, fenômenos, tendências ou situações existentes ou latentes no ambiente externo que constituem obstáculos, impedimentos, conflitos de interesses ou antagonismos com a organização, podendo causar efeito paralisante ou de retrocesso na sua ação.

1. Concorrência: *Fintechs* representam a nova barreira em serviços financeiros, ofertando crédito de forma rápida e flexível;
2. Aspectos normativos: agências de fomento por natureza cumprem rígidos processos de acompanhamento, conformidade e transparência, comparadas a banco de grande porte, sem que tenha condições de realizar as mesmas atividades;
3. Inadimplência/escala de carteira.

## 6. DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS 2021-2025

Com base nos cenários analisados e as expectativas de planejamento futuro do negócio, a AGE estabeleceu suas estratégias a fim de conceder às micro, pequenas e médias empresas crédito de forma rápida e segura. O planejamento a longo prazo identifica uma projeção mediante as tendências financeiras e econômicas e direcionamento para atuação nos objetivos estratégicos para os próximos cinco anos: 2021 a 2025, sendo calibrados com base no planejamento de curto prazo.

O Plano de Negócios tem como papel o atingimento de metas e prestação de serviços de forma eficiente, considerando o acompanhamento dos resultados obtidos, avaliação dos desvios e foco nos resultados. Para a construção do Plano de Negócios e Gestão 2021 e da Estratégia de Longo Prazo 2021-2025, foram analisados os cenários em que a AGE está inserida, considerando aspectos financeiros, necessidade de investimentos e eficiência operacional. Foram considerados os fatores relacionados ao cenário econômico e aporte de investimentos do Governo Estadual.

Para o ano de 2021 e seguintes, a AGE empregará todos os seus esforços na melhoria de sua operação, baseado em três pilares do planejamento:



## 6.1 Planejamento Estratégico

### Perfil das operações:

- Crédito popular:
  - Manter a diluição da concentração das operações;
  - Expandir os objetivos da agência como sendo uma instituição de fomento à economia estadual, levando o crédito à população empreendedora de baixa renda;
  - Consolidar o programa Crédito Popular com a ampliação da atuação dos agentes de crédito nas várias regiões do estado;
  - Reduzir a taxa de juros e adequação à Taxa Selic.

## 6.2 Planejamento tático

A busca por agilidade na mudança do perfil da agência, envolveu modificações de vários setores:

- Comercial: Alocação de 30 (trinta) agentes de crédito para captação de operações em todo estado;
- Crédito: Operações de crédito popular com desembolso em até 03 (três) dias;

- Cobrança: Ação preventiva com acompanhamento do uso do crédito;
- Financeiro: Liberação para o banco no mesmo dia do desembolso.

## 6.3 Planejamento operacional

### 6.3.1 Melhoria dos processos internos

- Intensificar os trabalhos de auditoria interna;
- Mapear e revisar os processos;
- Avaliar os riscos operacionais.

### 6.3.2 Ampliação da política de treinamento e capacitação

- Incentivar a realização de treinamentos no ambiente interno da instituição;
- Estimular a capacitação dos colaboradores por meio de organizações reconhecidas na área.

## 7. Projeções Financeiras

A seguir, apresentam-se as análises realizadas para o período 2021 a 2025, com base na projeção das operações, que consideraram a análise da carteira, demonstradas em 03 (três) cenários, conforme adiante:

### Cenário 1:

Neste cenário considera-se um crescimento no número de liberações das operações, variando em torno de 15.000 por ano, com um ticket médio nas operações de Crédito Popular de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais). Observa-se também que no período analisado o resultado será positivo, com perspectiva de obter R\$ 1.705.703,00 (Um milhão setecentos e cinco mil e setecentos e três reais) no ano de 2025.

Data	Receitas	Despesas Adm.	Outras Despesas	Resultado
<b>2021</b>	8.780.738	-8.680.175	-1.049.634	50.928
<b>2022</b>	11.280.883	-8.729.796	-1.851.020	700.067
<b>2023</b>	11.183.768	-8.729.796	-1.857.889	596.084
<b>2024</b>	12.358.210	-8.729.796	-2.282.019	1.346.396
<b>2025</b>	12.680.874	-8.729.796	-2.245.375	1.705.703





### Ativo

Data	Liberações	Quantidade de Operações - Crédito Popular	Quantidade de Operações - Microcrédito	Quantidade de Operações - Especiais	Ativo de Curto Prazo
<b>2021</b>	36.400.000	14.682	43	6	61.990.455
<b>2022</b>	39.600.000	16.364	29	6	62.774.995
<b>2023</b>	45.300.000	16.364	43	5	63.474.880
<b>2024</b>	51.100.000	16.364	33	5	65.027.244
<b>2025</b>	51.200.000	15.000	38	5	66.719.824

### Fluxo de caixa

Data	Entradas		Saídas			Fluxo Ano	Fluxo Acum.	Limite
	Produção	Produção	Despesas	Atrasos				
<b>2021</b>	30.836.545	- 36.400.000	- 8.680.175	- 426.998	-1.292.911	8.074.729	6.000.000	
<b>2022</b>	50.573.385	- 39.600.000	- 8.729.796	- 2.018.906	-83.381	8.448.506	6.000.000	
<b>2023</b>	54.840.502	- 45.300.000	- 8.729.796	- 2.258.979	-869.223	7.224.342	6.000.000	
<b>2024</b>	63.531.892	- 51.100.000	- 8.729.796	- 2.764.430	-240.930	8.392.457	6.000.000	
<b>2025</b>	65.179.632	- 48.800.000	- 8.729.796	- 2.996.823	284.596	13.392.889	6.000.000	

**Cenário 2:**

As tabelas demonstradas neste cenário consideram que para o ano de 2021 ocorrerá um aumento no volume de operações, com um ticket médio para as operações de Crédito Popular no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais). Projeta-se como resultado positivo de R\$ 1.056.421,00 (Um milhão, cinquenta e seis mil e quatrocentos de vinte e um reais) em 2021 para o ano de 2025 o valor de R\$ 1.029.407,00 (Um milhão e vinte e nove mil e quatrocentos e sete reais).

O número de operações em 2021 estima-se chegar a 14.682 (quatorze mil, seiscentos e oitenta e dois) e em 15.000 (quinze mil) em 2025.

Data	Receitas	Despesas Adm.	Outras Despesas	Resultado
<b>2021</b>	9.983.370	-8.680.175	-1.246.773	1.056.421
<b>2022</b>	13.606.213	-8.729.796	-2.253.295	2.623.122
<b>2023</b>	12.970.906	-8.729.796	-2.231.361	2.009.749
<b>2024</b>	12.082.239	-8.729.796	-2.206.696	1.145.747
<b>2025</b>	11.960.930	-8.729.796	-2.201.727	1.029.407



### Ativo

Data	Liberações	Quantidade de Operações - Crédito Popular	Quantidade de Operações - Microcrédito	Quantidade de Operações - Especiais	Ativo de Curto Prazo
<b>2021</b>	44.045.455	14.682	0	0	62.502.717
<b>2022</b>	49.090.909	16.364	0	0	65.196.250
<b>2023</b>	49.090.909	16.364	0	0	67.626.503
<b>2024</b>	49.090.909	16.364	0	0	68.876.452
<b>2025</b>	49.090.909	15.000	0	0	69.955.459

### Fluxo de caixa

Data	Entradas		Saídas		Fluxo Ano	Fluxo Acum.	Limite
	Produção	Produção	Despesas	Atrasos			
<b>2021</b>	33.605.517	- 44.045.455	- 8.680.175	- 572.664	<b>-979.809</b>	3.211.262	6.000.000
<b>2022</b>	62.961.598	- 49.090.909	- 8.729.796	- 2.695.012	790.242	8.051.867	6.000.000
<b>2023</b>	66.562.317	- 49.090.909	- 8.729.796	- 2.955.687	678.180	17.034.095	6.000.000
<b>2024</b>	64.304.435	- 49.090.909	- 8.729.796	- 2.955.687	400.734	23.897.474	6.000.000
<b>2025</b>	61.423.186	- 49.090.909	- 8.729.796	- 2.955.687	235.774	27.965.326	6.000.000

### Cenário 3:

Neste cenário será necessário a realização de aporte de capital para continuidade nas liberações das operações de crédito, com isso o fluxo de caixa não tende a ser negativo. O ticket médio previsto para as operações de Crédito Popular para o período é de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Como resultado para o ano de 2025 projeta-se o valor de R\$ 4.113.502,00 (Quatro milhões, cento e treze mil e quinhentos e dois reais).

Data	Receitas	Despesas Adm.	Outras Despesas	Resultado
<b>2021</b>	11.713.677	-8.680.175	-1.614.185	2.419.318
<b>2022</b>	17.161.986	-8.729.796	-2.986.113	5.446.077
<b>2023</b>	16.668.636	-8.729.796	-2.965.270	4.973.570
<b>2024</b>	15.840.106	-8.729.796	-2.940.605	4.169.705
<b>2025</b>	15.778.934	-8.729.796	-2.935.636	4.113.502



### Ativo

Data	Liberações	Quantidade de Operações - Crédito Popular	Quantidade de Operações - Microcrédito	Quantidade de Operações - Especiais	Ativo de Curto Prazo
<b>2021</b>	58.727.273	14.682	0	0	63.367.671
<b>2022</b>	65.454.545	16.364	0	0	69.212.932
<b>2023</b>	65.454.545	16.364	0	0	74.967.772
<b>2024</b>	65.454.545	16.364	0	0	79.542.309
<b>2025</b>	65.454.545	15.000	0	0	83.945.904

### Fluxo de caixa

Data	Entradas		Saídas		Fluxo Ano	Fluxo Acum.	Limite
	Produção	Produção	Despesas	Atrasos			
<b>2021</b>	37.423.280	- 58.727.273	- 8.680.175	- 763.552	- 1.437.582	- 7.884.823	6.000.000
<b>2022</b>	80.928.344	- 65.454.545	- 8.729.796	- 3.593.349	1.068.198	- 1.759.165	6.000.000
<b>2023</b>	86.266.898	- 65.454.545	- 8.729.796	- 3.940.916	956.592	10.429.885	6.000.000
<b>2024</b>	84.009.015	- 65.454.545	- 8.729.796	- 3.940.916	679.146	20.560.222	6.000.000
<b>2025</b>	81.127.767	- 65.454.545	- 8.729.796	- 3.940.916	514.186	27.955.169	6.000.000

## 7.1 Fluxo de Caixa estimado para o ano 2021

Premissas:

CDI mês 0,15%	Caixa mínimo R\$ 6,0MM
---------------	------------------------

Considera-se um saldo de caixa mínimo de R\$ 6 milhões de reais, com um tíquete médio de R\$ 3.000 (três mil reais), com necessidade de aporte em novembro de 2021, no valor de R\$ 6,5 milhões de reais.

## 8. CONCLUSÃO

O presente Plano de Negócios 2021 e Estratégia de Longo Prazo 2021 – 2025 traz os principais pontos de atuação da AGE, alinhados às normas internas e legislação em vigor, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, desempenho, políticas, práticas de governança corporativa e descrição da composição da administração.

O modelo de negócio da AGE contempla a operacionalização de linhas de crédito orientadas à promoção de apoio financeiro, para o surgimento de um ambiente propício à efetivação de negócios, sendo necessária a manutenção de forma contínua da análise de crédito, mercado, risco das operações, além da busca por novos produtos e formas de receitas, e a continuidade das ações de cobrança com vistas à recuperação de créditos.

Por sua vez, considerando um crescimento nas operações de crédito, a AGE adota ações de Governança Corporativa que contribuem para o crescimento e a estabilidade financeira. Para o desenvolvimento de boas práticas de governança, é fundamental garantir que os seus pilares estejam em vigor, sendo eles: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.

A gestão terá como desafios para os próximos anos o fortalecimento do modelo de governança, a promoção de um equilíbrio econômico-financeiro para manutenção das operações, redução da inadimplência, despesas operacionais e na diminuição do prejuízo acumulado, a fim de se fortalecer como empresa, alinhando-se às melhores práticas de referência do mercado, com foco em resultados e visando a eficiência integrada de todas as perspectivas organizacionais.



Este plano destaca as principais estratégias alinhadas à visão da AGE, que orientam os indicadores e metas dos anos de 2021-2025. Como ferramenta de gestão, para que continue no caminho do crescimento sustentável, traçamos as seguintes estratégias:

1. Esforço para realizar o maior número de operações;
2. Crescimento das operações do Programa Crédito Popular, para manutenção da diluição da concentração;
3. Manutenção do nível de despesa;
4. Crescimento das receitas.